

1 Aos vinte e cinco e vinte e seis de outubro de 2004, na sala 209-C da Fundação de
2 Empreendimentos Científicos e Tecnológicos - Finatec, Avenida L3 Norte, Brasília – DF,
3 realizou-se a 9ª Reunião Ordinária da Comissão Nacional de Biodiversidade – Conabio O
4 primeiro dia de reunião contou com a presença dos seguintes membros da Comissão: Sr.
5 **João Paulo Ribeiro Capobianco**, Presidente da Comissão e Secretário de
6 Biodiversidade e Floresta do Ministério do Meio Ambiente – SBF/MMA; Sr. **Paulo Yoshio**
7 **Kageyama** (titular) e Sr. **Braulio Ferreira de Souza Dias** (suplente), representantes do
8 Ministério do Meio Ambiente – MMA; Sr. **André Fenner** (suplente), representante do
9 Ministério da Saúde – MS; Sra. **Maria Adélia Oliveira Cruz** (suplente), representante dos
10 Movimentos Sociais indicado pelo Fórum de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio
11 Ambiente e para o Desenvolvimento; Sra. **Adriana Tescari** (suplente), representante do
12 Ministério das Relações Exteriores; Sra. **Cecília Ferraz** (titular), representante do Instituto
13 Brasileiro do Meio Ambiente – Ibama; Sra. **Raquel Porto Mendes Fonseca** (titular),
14 representante do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MPOG; Sr. **Wilson**
15 **Loureiro** (suplente), representante da Associação Brasileira de Entidades Estaduais de
16 Meio Ambiente – Abema; Sra. **Ione Egler** (titular), representante do Ministério da Ciência
17 e Tecnologia – MCT, Sr. **Carlos Gadelha** (titular) e Sr. **Arthur Dutra de Moraes Horta**
18 (titular), representante do Ministério da Integração Nacional – MI; Sra. **Glaci Zancan**
19 (titular), representante da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – SBPC; Sra.
20 **Cléia Anice da Mota Porto** (suplente), representante da Confederação Nacional dos
21 Trabalhadores na Agricultura - CONTAG; e Sra. **Fani Mamede** (titular), representante do
22 Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA. Neste dia também estavam presentes os
23 seguintes convidados: Sra. **Daniela América Suarez de Oliveira**, Projeto de
24 Conservação e Utilização Sustentável da Diversidade Biológica Brasileira do Ministério do
25 Meio Ambiente – Probio/MMA; Sra. **Maria Jesus Nogueira Rodal**, Universidade Federal
26 Rural de Pernambuco – UFRPE; Sra. **Maria Auxiliadora Gariglio**, Programa Nacional de
27 Florestas – PNF/MMA; e Sr. **Paulo Gustavo Prado**, Conservação Internacional no Brasil
28 – CI-BR. Como participantes e ouvintes estiveram presentes: Sra. **Raquel Resende**, Sra.
29 **Sílvia Godoy** e Sr. **Mauro Pichorim**, equipe técnica da Gerência de Conservação da
30 Biodiversidade/MMA; e Sra. **Karina Aguilar**, Confederação Nacional da Indústria - CNI.
31 No segundo dia de reunião estiveram presentes os seguintes membros da Comissão: Sr.
32 **Paulo Kageyama** (titular) e Sr. **Braulio Dias** (suplente), representantes do MMA; Sra.
33 **Glaci Zancan** (titular), representante da SBPC; Sra. **Ione Egler** (titular), representante do

34 MCT; Sr. **Wilson Loureiro** (suplente), representante da Abema; Sr. **Angelo Rafael**
35 **Greco** (titular), representante dos setores empresariais vinculados à agricultura indicado
36 pela Confederação Nacional da Agricultura – CNA; Sra. **Márcia Chame** (titular),
37 representante do MS; Sra. **Cléia Porto** (suplente), representante da CONTAG, Sra. **Maria**
38 **Adélia Cruz** (suplente), representante dos Movimentos Sociais. Nesse dia também
39 estiveram presentes os seguintes convidados: Sra. **Maria Auxiliadora Gariglio**,
40 Programa Nacional de Florestas – PNF/MMA; Sr. **Francisco Barreto Campello**,
41 GEF/MMA/Ibama; Sra. **Maria Jesus Rodal** – UFRPE; Sr. **Antônio Edson Guimarães**
42 **Farias**, Núcleo Caatinga/SBF/MMA; Sra. **Márcia Rodrigues**, SECEX/MMA; Sr. **João**
43 **Carlos Costa Oliveira**, Diretoria de Áreas Protegidas/SBF/MMA. Como participantes e
44 ouvintes estiveram presentes: Sr. **Gerson Narciso**, MPOG; Sr. **Júlio César Roma**,
45 Probio/MMA; Sr. **Marcelo Penalva** e Sra. **Ruth M. B. de Quadros**, SRH/MMA; Sra. **Maria**
46 **da Penha de Barros**, Núcleo Caatinga/SBF/MMA; Sra. **Raquel Resende**, Sra. **Sílvia**
47 **Godoy** e Sr. **Mauro Pichorim**, equipe técnica da Gerência de Conservação da
48 Biodiversidade/MMA. O Sr. **João Paulo Ribeiro Capobianco** abriu a reunião no primeiro
49 dia às 10h30min, comentou sobre os atrasos e sobre a falta de quorum constante nas
50 reuniões da Conabio e questionou aos membros sobre a inclusão de itens na pauta, que
51 estava composta do programa a seguir: 1. ABERTURA; 2. APROVAÇÃO DA PAUTA E
52 DAS ATAS DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA E 4ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA; 3.
53 ASSUNTOS PARA DELIBERAÇÃO: 3.1. Ampliação da Conabio: 3.1.1. Inclusão da
54 Secretaria Especial de Pesca e Aqüicultura; 3.1.2. Inclusão de entidade da sociedade civil
55 ligada ao setor de pesca a) Confederação Nacional dos Pescadores – CNP; b)
56 Movimento Nacional dos Pescadores – MONAPE, e c) Sociedade Brasileira de Ictiologia
57 – SBI; 3.2. Câmara Técnica Temporária do Cerrado e Pantanal: 3.2.1. Ampliação do prazo
58 de duração e forma de trabalho, 3.2.2. Minuta de resolução sobre metas mínimas de
59 Unidades de Conservação para o Cerrado e Pantanal; 3.3. Probio: 3.3.1. Pedido de
60 reconsideração do Sr. **Najib M. A. Nassar** referente ao projeto Identificação e
61 mapeamento geográfica e conservação dos parentes silvestres e variedades locais da
62 mandioca, 3.3.2. Pedido de mudança da data da 10ª Reunião Ordinária da Conabio em
63 função dos editais recém lançados; 3.4. Discussões políticas sobre conservação e
64 utilização sustentável do bioma Caatinga; 3.4.1. Apresentações: Tema: Avaliações e ações
65 prioritárias para a conservação e utilização sustentável da Caatinga (Convidado: Sr. **José**
66 **Maria Cardoso da Silva**, Instituição: Conservação Internacional do Brasil), Tema:

67 Desmatamento e uso da madeira para fins energéticos na Caatinga (Convidado: Sra.
68 **Maria Auxiliadora Gariglio**, Instituição: UAP-NE), Tema: Desertificação e uso
69 sustentável de recursos hídricos (Convidado: Sr. **José Roberto Lima**, Instituição:
70 MMA/SRH), Tema: Plano de Revitalização da Bacia do Rio São Francisco (Convidado:
71 Sr. **Maurício Laxe**, Instituição: MMA/SECEX), Tema: Políticas estaduais de conservação
72 da biodiversidade, banco de dados da Caatinga, livro “Cenários Para a Caatinga”
73 (Convidado: Sra. **Alexandrina Sobreira de Moura**, Instituição: ABEMA), Tema: Projeto
74 GEF Caatinga (Convidado: Sr. **Francisco Campello**, Instituição: MMA); 3.4.2. Discussão
75 e proposições; 4. INFORMES; 5. ASSUNTOS GERAIS; 6. ENCERRAMENTO. O Sr.
76 **André Fenner** sugeriu que fosse incluída a criação de um logotipo para a Conabio. O Sr.
77 **João Paulo Ribeiro Capobianco** propôs que o assunto fosse chamado de “Plano de
78 Comunicação” e que fosse incluído no item “Assuntos Gerais” da pauta, e questionou
79 sobre a aprovação das atas. Alguns membros sugeriram pequenas mudanças nas atas
80 das duas reuniões anteriores que foram aceitas. Seguiu-se para o **item 3.1. “Ampliação**
81 **da Conabio: 3.1.1. Inclusão da Secretaria Especial de Pesca e Aqüicultura da pauta”**.
82 A Sra. **Ione Egler** citou o período iniciado na linha 122 da ata da 4ª Reunião
83 Extraordinária e solicitou um esclarecimento quanto à citada falta de espaço institucional,
84 já que o CONAMA e o CONAP teriam competências para tratar do assunto. O Sr. **André**
85 **Fenner** informou que não possuía informações suficientes para avaliar a entrada de
86 algumas instituições. A Sra. **Ione Egler** opinou que os membros não deveriam deliberar
87 sem o conhecimento das informações disponíveis, pois poderiam estar atropelando
88 algum espaço institucional e criando um conflito de competências, e reconheceu que teria
89 sido negligente ao votar sem ter as informações necessárias. O Sr. **João Paulo Ribeiro**
90 **Capobianco** explicou que o CONAMA possui uma visão geral e é direcionado a políticas
91 macro, e a Conabio, portanto, seria o espaço mais adequado para a discussão sobre
92 espécies ameaçadas, devendo os peixes e invertebrados aquáticos ser tratados como
93 elementos da biodiversidade e não apenas como recursos. O Sr. **João Paulo Ribeiro**
94 **Capobianco** acrescentou que a Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca (SEAP)
95 poderia contribuir muito para a Conabio e que seria despropositado se essa instituição
96 participasse apenas do Grupo de Trabalho criado para avaliar a lista e não participasse
97 do plenário. O Sr. **Braulio Dias** informou que já foi elaborada uma matriz comparando as
98 atribuições do CONAMA, da Conabio, da CTNBio e do CGEN, mostrando que não há
99 sobreposição e que as espécies ameaçadas de extinção são um tema previsto na

100 Convenção sobre Diversidade Biológica e, portanto, são competências da Conabio;
101 enquanto que, ao CONAMA, caberia tratar de normatizações e licenciamento. A Sra. **Ione**
102 **Egler** opinou que há um problema de representatividade na Câmara Técnica do
103 CONAMA, pois esta não conta com a SEAP nem com o MMA, acrescentou que os
104 recursos pesqueiros deveriam ser tratados no CONAMA e disse que hoje seu voto seria
105 contrário. O Sr. **André Fenner** explicou que o MS se absteve na votação porque não
106 possuía as devidas informações sobre os projetos das instituições indicadas, e que os
107 dados informados pela Sociedade de Ictiologia estavam deficientes. A Sra. **Maria Adélia**
108 **Cruz** realçou que o documento apresentado pela Sociedade Brasileira de Ictiologia é
109 apenas um histórico, e lembrou que muitas instituições não divulgam informações pela
110 Internet porque não têm dinheiro. A Sra. **Glaci Zancan** comentou que a introdução de
111 espécies exóticas na piscicultura deveria ser discutida e realçou que se fosse colocada a
112 Sociedade Brasileira de Ictiologia, outras sociedades também teriam que ser colocadas.
113 O Sr. **Braulio Dias** argumentou que a SEAP trata de política e gestão de recursos
114 pesqueiros, e que os riscos de expansão de espécies exóticas, de doenças e outras
115 implicações ambientais da aquicultura justificavam a inclusão da SEAP na Comissão. O
116 Sr. **Carlos Gadelha** pediu que os membros avaliassem cuidadosamente os aspectos
117 políticos da inclusão da SEAP na Conabio. O Sr. **João Paulo Ribeiro Capobianco**
118 propôs que o processo de discussão da inclusão da SEAP fosse separado da discussão
119 sobre a inclusão de uma organização da sociedade civil. O Sr. **André Fenner** opinou que
120 a matéria deveria ser estudada em conjunto e que era importante saber se essas
121 instituições gostariam de estar aqui representadas e o porquê disso. O Sr. **João Paulo**
122 **Ribeiro Capobianco** disse que gostaria de manter as decisões em separado, e só após
123 a escolha das duas instituições é que seria feita a alteração no decreto; além disso
124 comentou que instituições como a Academia Brasileira de Ciências - ABC e alguns
125 ministérios deveriam dar uma maior contribuição à Comissão. O Sr. **André Fenner**
126 propôs votar antes pela ampliação da Conabio e, caso fosse aprovada, então votar pelas
127 instituições. O Sr. **João Paulo Ribeiro Capobianco** posicionou-se contra, pois estava
128 ocorrendo uma discussão objetiva para a solução de uma demanda, e que não daria para
129 ser encaminhada como uma ampliação. O Sr. **Braulio Dias** explicou que essa era uma
130 demanda do Secretário de Pesca e da Ministra **Marina Silva**. Seguiu-se a votação pela
131 inclusão da SEAP, na qual 7 membros votaram a favor (SBPC, Ibama, CONTAG, MDA,
132 MI, Mov. Sociais e MMA), 3 votaram contra (MCT, MS e MPOG) e 2 se abstiveram

133 (Abema e MRE). A Sra. **Glaci Zancan** sugeriu a entrada da Associação Nacional de
134 Municípios e Meio Ambiente – ANAMMA. O Sr. **André Fenner** citou o artigo do regimento
135 interno que trata das ausências dos membros nas reuniões e questionou sobre o controle
136 de faltas. O Sr. **João Paulo Ribeiro Capobianco** informou que a Abema possui duas
137 faltas seguidas, que a ABC possui três faltas e que, entre os ministérios, o MRE era o
138 menos assíduo. O Sr. **Wilson Loureiro** se apresentou, explicou que a Abema não faltará
139 mais e enfatizou a importância de convidar a ANAMMA. A Sra. **Raquel Fonseca** justificou
140 que as faltas do MPOG eram devido à indisponibilidade de seu suplente, e que novo
141 suplente será indicado com o início do exercício de analistas. A Sra. **Cléia Porto** justificou
142 que as faltas da CONTAG deviam-se à falta de pessoal. O Sr. **João Paulo Ribeiro**
143 **Capobianco** expôs que acredita que a CONTAG e o MPOG serão mais assíduos. O Sr.
144 **André Fenner** lembrou que deve ser enviada uma carta solicitando a substituição dos
145 representantes da ABC. Seguiu-se uma discussão sobre a apresentação dos dados
146 referentes às ausências dos membros, e ficou decidido que a Secretaria Executiva iria
147 cumprir o regimento enviando as cartas de advertência e os pedidos de substituição de
148 representantes. O Sr. **João Paulo Ribeiro Capobianco** abriu a discussão do item **3.1.2**
149 **da pauta “Inclusão de entidade da sociedade civil ligada ao setor de pesca”**. O Sr.
150 **Braulio Dias** explicou que o que fosse votado tornar-se-ia uma recomendação para a
151 Ministra fazer ao Presidente da República, que então indicaria as instituições por meio de
152 um decreto. A Sra. **Fani Mamede** explicou brevemente a história de trabalho da
153 MONAPE e acrescentou que essa instituição tem o reconhecimento do MDA como
154 representativa do setor civil da pesca. A Sra. **Cléia Porto** informou que a CONTAG
155 considera a MONAPE o movimento que possui maior representatividade entre os
156 trabalhadores do setor. A Sra. **Maria Adélia Cruz** lembrou que a MONAPE participou da
157 Conferência em Johannesburgo e informou que o tema não foi discutido no Fórum de
158 ONGs, mas que o trabalho da MONAPE é reconhecido. A Sra. **Cecília Ferraz** solicitou
159 informações sobre a Confederação Nacional dos Pescadores. O Sr. **Braulio Dias**
160 explicou que não houve resposta por parte dessa instituição. O Sr. **André Fenner** opinou
161 que isso representava falta de interesse em integrar a Comissão. A Sra. **Ione Egler**
162 comentou que o lado empresarial poderia ser discutido, citou a Associação Brasileira da
163 Indústria de Pesca e a Associação Brasileira de Aqüicultura e opinou que a definição das
164 instituições estava sendo feita sem antes traçar o perfil desejado pela Comissão. O Sr.
165 **Carlos Gadelha** comentou que em geral há um ganho para qualquer conselho

166 democrático quando se incorpora uma entidade da sociedade civil, e por isso não se deve
167 criar empecilhos a participação, sendo muito importante a representatividade do setor
168 produtivo. A Sra. **Glaci Zancan** sugere a inclusão da representação dos municípios por
169 meio da ANAMMA, uma vez que o setor produtivo já estaria representado na Comissão e
170 os municípios não. O Sr. **João Paulo Ribeiro Capobianco** sugere discutir se a entidade
171 a ser escolhida deveria ter uma atuação direta com a pesca ou se ela deveria ter um
172 diálogo mais amplo. O Sr. **Carlos Gadelha** opinou que o foco deveria ser os pequenos
173 produtores para reforçar práticas de desenvolvimento sustentável. A Sra **Cléia Porto**
174 falou que para assuntos e questões amplas já existem instituições representadas na
175 Comissão e a MONAPE preencheria a lacuna para as discussões mais específicas sobre
176 exploração de recursos pesqueiros. A Sr. **João Paulo Ribeiro Capobianco** colocou em
177 votação as seguintes entidades da sociedade civil para compor a Conabio: ANAMMA e
178 MONAPE. Houve cinco votos a favor da MONAPE (CONTAG, MDA, MI, Fórum ONGs e
179 MMA), 4 votos contra (SBPC, Ibama, ABEMA e MCT) e três abstenções (MPO, MRE e
180 MS). O Sr. **André Fenner** justificou que se absteve devido a sua posição contrária à
181 ampliação da Conabio. Em seguida, passou-se para o Item **3.2.1 da pauta “Ampliação**
182 **do prazo de duração e forma de trabalho Câmara Técnica Temporária do Cerrado e**
183 **Pantanal”**. O Sr. **Braulio Dias** fez um resumo dos trabalhos da CTT-Cerrado e Pantanal
184 e expôs os motivos da prorrogação do prazo de duração. A Sra. **Glaci Zancan** sugeriu
185 que as CTT deveriam ser compostas por especialistas e não por representantes de
186 instituições. Em seguida houve algumas sugestões para melhorar a redação da minuta de
187 deliberação, as quais foram incorporadas ao documento. O Sr. **João Paulo Ribeiro**
188 **Capobianco** colocou em votação a minuta proposta com as alterações sugeridas a qual
189 foi aceita de forma unânime pelo Plenário (MMA, SBPC, MRE, Ibama, MI, Fórum ONG,
190 CONTAG, MPOG, MDA, ABEMA, MS e MCT), e encerrou os trabalhos do período da
191 manhã as 13h07min. O Sr. **Paulo Kageyama** iniciou as atividades do período da tarde às
192 14h30min. O Sr. **Arthur Horta** pediu a palavra para expressar o seu descontentamento
193 em relação à sugestão da Sra. **Glaci Zancan** feita durante a 4ª Reunião Extraordinária da
194 Conabio, ocorrida em 22 de setembro de 2004, pela qual ela se declarou favorável à
195 entrada da SEAP na Conabio por meio da substituição da representação do Ministério do
196 Planejamento, Orçamento e Gestão ou do Ministério da Integração Nacional. O Sr. **Paulo**
197 **Kageyama** ressaltou a grande participação do Sr. **Arthur Horta** nos trabalhos da
198 Comissão e o Sr. **Braulio Dias** esclareceu que, durante a referida reunião houve o

199 entendimento final de que nenhum ministério ou entidade da sociedade civil perderia a
200 representação na Comissão em função da entrada da SEAP. O Sr. **Paulo Kageyama** deu
201 prosseguimento à reunião e, em função da falta de quorum para deliberações, pediu que
202 fossem iniciadas as apresentações sobre o Item 3.4 da pauta: **“Discussões políticas**
203 **sobre conservação e utilização sustentável do bioma Caatinga”**. O Sr. **Paulo**
204 **Gustavo Prado** iniciou a apresentação sobre Avaliações e ações prioritárias para a
205 conservação e utilização sustentável da Caatinga. Explicou que a Caatinga deve ser vista
206 como uma região de depressão interplanáltica e como um mosaico com diversos tipos de
207 vegetação. Em seguida mostrou que o bioma vem sofrendo grande pressão antrópica e
208 que o Sistema de Unidades de Conservação tem sido insuficiente para conservar e
209 proteger a biodiversidade da Caatinga. Posteriormente a isso, apresentou diversos
210 trabalhos relatando a alta biodiversidade do bioma e que muitas espécies estão fora de
211 qualquer área protegida. Também comentou sobre o workshop que sugeriu 82 áreas
212 prioritárias para a Caatinga. Por fim, relatou as seguintes recomendações da
213 Conservação Internacional do Brasil para preservação da Caatinga: elevar a Caatinga à
214 condição de Patrimônio Nacional Natural; criar um Programa Emergencial de Pesquisa
215 sobre a Biodiversidade da Caatinga para investigar as áreas determinadas como
216 prioritárias no seminário de Petrolina em 2000; criar urgentemente um conjunto de
217 Unidades de Conservação de proteção integral nas áreas identificadas como prioritárias
218 pelo seminário de Petrolina em 2000; criar e implementar o Corredor de Biodiversidade
219 do São Francisco antes de qualquer nova obra de engenharia prevista para o rio e seus
220 afluentes; decretar a moratória de desmatamento das florestas decíduais e semidecíduais
221 da Caatinga; e aumentar atenção sobre os rios e lagoas da Caatinga, pois abrigam um
222 grande número de espécies endêmicas e ameaçadas pela introdução de espécies
223 exóticas. Após a apresentação, o Sr. **Paulo Kageyama** pediu que se retornasse à pauta,
224 uma vez que já havia quorum para deliberações. Assim, deu-se início à discussão sobre o
225 **Item 3.2.2 “Minuta de resolução sobre metas mínimas de Unidades de Conservação**
226 **para o Cerrado e Pantanal”**. O Sr. **Braulio Dias** expôs o tema e justificou que o valor de
227 10% de áreas protegidas por bioma vem sendo discutido internacionalmente desde a
228 década de 70 e esclareceu que a CDB estipula este mesmo percentual como meta de
229 áreas protegidas por ecorregião. A Sr. **Ione Egler** comentou que da forma vaga como a
230 minuta está redigida não acrescenta elementos para aprimorar a qualidade das atividades
231 de conservação do Brasil e sugeriu que esta proposição deveria fazer parte de um plano

232 maior. A Sra. **Cecília Ferraz** se declarou favorável à definição de metas e pediu que elas
233 fossem estipuladas de forma responsável. A Sra. **Fátima Oliveira** citou a existência da
234 Política Nacional de Unidades de Conservação, e comentou que a intenção da definição
235 de metas é válida, mas sugere que o Plenário pense em uma estratégia para que, de
236 fato, o país possa cumpri-las. O Sr. **André Fenner** citou que a proposta representa um
237 estágio inicial do trabalho e o intuito é chegar a um plano mais amplo. A Sra. **Glaci**
238 **Zancan** citou que 10% em áreas protegidas é muito pouco e que a definição de metas
239 deveria ser relativa à distribuição da biodiversidade. A Sra. **Ione Egler** lembrou as
240 competências da Conabio e falou que a CDB é maior que uma resolução da Comissão e
241 por isso, de uma forma geral, as metas já estão estabelecidas e que a proposta deveria
242 se ater mais na metodologia de implementação. O Sr. **Braulio Dias** falou que a
243 preocupação da CTT-Cerrado e Pantanal foi a de trazer para o Plenário o que foi
244 produzido até o momento e propôs que fosse levado à CTT a solicitação de aprofundar o
245 trabalho, definindo estratégias, planos e formas de superar limitações. A Sra. **Fátima**
246 **Oliveira** citou que está em processo de consulta pública a construção da Política
247 Nacional de Áreas Protegidas. A Sra. **Cléia Porto** sugeriu que deveria haver uma
248 integração da CTT com o processo de elaboração da Política Nacional de Áreas
249 Protegidas. O Sr. **Paulo Kageyama** propôs que a CTT-Cerrado e Pantanal incorporasse
250 estratégias, planos, ações, e o como fazer, e incluísse as propostas da Diretoria de Áreas
251 Protegidas do MMA e da Diretoria de Ecossistemas do Ibama, o que foi aceito por todos
252 os membros presentes. Passou-se para o próximo ponto de pauta **Item 3.3.1 “Pedido de**
253 **reconsideração do Sr. Nagib M. A. Nassar referente ao projeto Identificação e**
254 **mapeamento geográfico e conservação dos parentes silvestres e variedades locais**
255 **da mandioca”**. O Sr. **Júlio César Roma** leu a carta enviada pelo Prof. **Nagib M. A.**
256 **Nassar** e, em seguida leu a carta resposta preparada pelo Probio para ser enviada. A
257 Sra. **Glaci Zancan** perguntou o que foi enviado para ele como resposta do processo de
258 seleção. O Sr. **Júlio César Roma** respondeu que a resposta foi por telefone e que o
259 comunicado se restringiu ao conteúdo da ficha de avaliação da CTT (apresentou o
260 documento para todos os presentes), resguardando os nomes dos especialistas que
261 participaram da seleção. O Sr. **Braulio Dias** falou que o conhecimento e a experiência do
262 Prof. **Nagib M. A. Nassar** são inquestionáveis, no entanto a proposta apresentada por ele
263 não teve clareza suficiente. O Sr. **André Fenner** sugeriu que a carta-resposta deveria
264 ressaltar como foi executado o processo de seleção e que ela deveria ser assinada pelo

265 presidente da Conabio. A Sra. **Daniela Oliveira** comentou que uma das intenções da
266 Carta-Consulta era promover uma grande interação entre as instituições. A Sra. **Glaci**
267 **Zancan** sugeriu que a carta resposta deveria referendar todos os pontos do edital e falta
268 a correspondência na proposta apresentada. A Sra. **Cecília Ferraz** sugeriu que a própria
269 Sra. **Daniela Oliveira** assinasse a carta-resposta para que ela não precisasse voltar à
270 Comissão. O Sr. **Júlio César Roma** perguntou ao Plenário se o parecer da CTT deveria
271 ser refeito e a quem caberia essa tarefa (CTT ou Probio). O Sr. **Braulio Dias** falou que o
272 processo de seleção foi executado de forma correta e que não precisava ser refeito, o
273 que precisaria era apenas destacar os pontos fracos da proposta do Prof. **Nagib M. A.**
274 **Nassar** em relação ao termo de referência. O Sr. **Paulo Kageyama** pediu que fosse
275 providenciada a reelaboração da carta-resposta pela própria equipe do Probio com base
276 nas exigências do termo de referência e nas sugestões do Plenário e colocou em votação
277 a manutenção da decisão da Comissão em relação à referida Carta-Consulta. A proposta
278 foi aceita por todos os membros presentes (MMA, SBPC, MRE, Ibama, MI, Fórum de
279 ONG's, CONTAG, MPOG, ABEMA, MS e MCT). Passou-se para o próximo ponto de
280 pauta **Item 3.3.2 "Pedido de mudança da data da 10ª Reunião Ordinária da Conabio**
281 **em função dos editais recém lançados"**. A Sra. **Daniela Oliveira** expôs os motivos
282 para antecipar a próxima reunião Ordinária da Comissão, referendando os dois últimos
283 editais lançados (Editais Probio 03/2004 e 04/2004) e a necessidade de conveniar e
284 repassar recursos ainda este ano. Explicou também que, além de antecipar a próxima
285 reunião o Plenário teria que concordar com o envio dos documentos relacionados fora do
286 prazo estipulado em regimento. Após uma discussão sobre qual seria a melhor data
287 houve um consenso para os dias 6 e 7 de dezembro. O Sr. **Paulo Kageyama** colocou em
288 votação tanto a antecipação da 10ª Reunião Ordinária da Conabio como o envio fora do
289 prazo dos documentos relacionados aos processos seletivos dos editais referidos. Esta
290 proposta foi aceita de forma unânime pelos membros presentes (MMA, SBPC, MRE,
291 Ibama, MI, Fórum ONG, CONTAG, ABEMA, MS e MCT). Em seguida, o Sr. **Paulo**
292 **Kageyama** pediu para retornar às apresentações do **Item 3.4** da pauta "**Discussões**
293 **políticas sobre conservação e utilização sustentável do bioma Caatinga"**. A Sra.
294 **Maria Auxiliadora Gariglio** da UAP-NE iniciou a apresentação sobre o tema
295 "Desmatamento e uso da madeira para fins energéticos na Caatinga". Inicialmente foi
296 apresentada a dependência socioeconômica histórica do Nordeste pelo recurso florestal,
297 especialmente a Caatinga, onde os recursos são utilizados para a manutenção da

298 capacidade produtiva dos solos, energia para os setores domiciliar e industrial/comercial,
299 forragem animal, fabricação de estacas, mourões, escoras e outros recursos não
300 madeireiros. Em seguida apresentou os diagnósticos anteriores feitos pelos projetos
301 PNUD/Ibama de 1987 a 1992, que concluíram que a lenha e carvão forneciam um terço
302 da energia primária na matriz energética regional, com alta participação nos setores
303 domiciliar e industrial; que as formas predominantes de exploração florestal não eram
304 sustentáveis; que a produção comercial de lenha e carvão era importante na geração de
305 emprego e renda para a população rural; e que a região do semi-árido possuía cobertura
306 ainda importante (entre 32 e 45 % da sua área original) e capacidade produtiva suficiente
307 para atender as demandas, sempre que fosse apropriadamente manejada. Em seguida
308 explicou as tendências no uso dos solos a partir dos Censos Agropecuários de 1985 e
309 1996, que mostram que a agricultura retrocedeu na Caatinga, com abandono das
310 lavouras temporárias e permanentes e incremento das áreas ocupadas pela vegetação
311 nativa; houve redução das áreas de matas nativas nos pólos industriais consumidores de
312 lenha e carvão, e no litoral houve uma marcante redução das lavouras de cana-de-
313 açúcar, que foram convertidas em pastagens e outros usos agrícolas. Posteriormente
314 explicou os motivos da tendência decrescente no consumo residencial de energéticos
315 florestais na região Nordeste e o consumo regional de lenha e carvão para usos
316 industriais ser crescente em geral, ainda que decrescente em alguns ramos industriais.
317 Posteriormente a essa explanação, a Sra. **Maria Auxiliadora Gariglio** mostrou
318 alternativas de manejo florestal sustentável e de atendimento às demandas regionais de
319 produtos florestais, como plantios florestais, tanto nas áreas áridas como sub-úmidas. Por
320 fim explicou que não se planta mais na Caatinga por desconhecimento do potencial,
321 inexistência de fontes de sementes de alta qualidade, concorrência de outros usos da
322 terra, preços relativamente baixos dos produtos florestais, e inexistência de investidores
323 florestais. Após a apresentação houve alguns comentários e perguntas de
324 esclarecimentos e passou-se para a próxima apresentação. O Sr. **José Roberto Lima**
325 sobre a “Desertificação e usos sustentáveis de recursos hídricos na Caatinga”. Explicou o
326 Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da
327 Seca (PAN). Mostrou que o Brasil tornou-se signatário em outubro de 1994 e ratificou a
328 Convenção das Nações Unidas de Combate a Desertificação e Mitigação dos Efeitos da
329 Seca – CCD em junho de 1997. Posteriormente explanou o processo para a construção
330 do Programa no Brasil, com a institucionalização do Grupo de Trabalho Interministerial –

331 GTIM, a criação dos Pontos Focais Estaduais (sociedade civil e governo dos estados), a
332 realização de Oficinas Estaduais e Encontros Nacionais, o envolvimento do Grupo de
333 Trabalho de Combate à Desertificação da ASA e do Grupo de Trabalho Parlamentar e o
334 estabelecimento de cooperações GTZ/IICA/DED/Mecanismo Mundial/FNMA. Explicou
335 que o objetivo do Programa é estabelecer diretrizes e instrumentos legais e institucionais
336 que permitam otimizar a formulação e execução de políticas públicas e investimentos
337 privados nas Áreas Susceptíveis à Desertificação (ASD), no contexto da política de
338 combate à desertificação e mitigação dos efeitos da seca e de promoção do
339 desenvolvimento sustentável. Em seguida apresentou as áreas mais suscetíveis à
340 desertificação e a abrangência do Programa no Brasil. Posteriormente mostrou as
341 possíveis conseqüências das mudanças climáticas nestas áreas, a estratégia de atuação
342 do Programa nestas regiões, a ampliação sustentável da capacidade produtiva, a
343 preservação, conservação e manejo sustentável dos recursos naturais, e a gestão
344 democrática e fortalecimento institucional. Por fim apresentou as ações do Programa em
345 andamento, como a implementação do Projeto de Apoio ao Programa de Ação Nacional
346 de Combate à Desertificação (FNMA) para a elaboração dos programas de ação
347 estaduais, a aprovação junto ao FNMA de 11 projetos para a formação de agentes
348 multiplicadores, assessoria técnica e extensão florestal aos agricultores familiares do
349 Bioma Caatinga, e a realização de encontros nacionais visando estabelecer as bases de
350 apoio para a elaboração ou revisão dos Programas de Ação Estadual de Combate à
351 Desertificação – PAE's. Após a apresentação houve os seguintes comentários e
352 perguntas: A Sra. **Maria Adélia Cruz** comentou que muitas ações governamentais são
353 bem estruturadas, mas pecam pela falta de capilaridade de forma a levar a discussão
354 para um nível local e por fim perguntou se a estrutura apresentada do programa fará
355 chegar o debate nas pontas. A Sra. **Fátima Oliveira** comentou que os planos para áreas
356 protegidas deverão estar em sintonia com as políticas governamentais sobre o assunto. A
357 Sra. **Glaci Zancan** perguntou se existem dados sobre salinização do solo e agricultura
358 irrigada. Em relação às três intervenções o Sr. **José Roberto Lima** comentou que até o
359 momento o alcance às bases ainda não foi o ideal e espera que os pontos focais da
360 sociedade civil contribuam para a aproximação, citou também que os planos para áreas
361 protegidas estão em sintonia com as políticas nacionais e, por fim, comentou que não
362 possui dados ou estudos sobre salinização e, citou que a Companhia de
363 Desenvolvimento do Vale do São Francisco - CODEVASF possui alguns estudos a

364 respeito. O Sr. **Paulo Kageyama** encerrou o primeiro dia de reunião às 18h15min e na
365 manhã do dia seguinte reiniciou os trabalhos às 9h30min, dando continuidade às
366 apresentações previstas. A primeira apresentação do dia foi da Sra. **Márcia Rodrigues**,
367 sobre o Plano de Revitalização da Bacia do Rio São Francisco. Inicialmente ela explicou
368 a premissa conceitual do Programa, que é implantar uma Política de Desenvolvimento na
369 Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco com sustentabilidade socioambiental,
370 econômica, política, cultural e ética. Posteriormente apresentou as características da
371 região, as bacias e sub bacias do São Francisco, os comitês de sub bacias já instalados e
372 o mapa temático de ecoturismo para a região. Em seguida explicou os princípios do
373 Programa, que consistem em um planejamento estratégico integrado, integração
374 interinstitucional, articulação intergovernamental, participação e controle social,
375 sustentabilidade socioambiental, econômica, política, cultural e ética. Posteriormente
376 conceituou revitalização e as atividades inovadoras que pretendem aplicar na bacia, além
377 de explicar como o projeto se transformou em programa e quais são as bases estruturais
378 do arranjo institucional. Em seguida mostrou os componentes das linhas de ação do
379 programa, onde Gestão e Monitoramento englobam gestão de informações,
380 monitoramento ambiental e ordenamento territorial; Fortalecimento Institucional e
381 Socioambiental, que insere os princípios da Agenda 21, educação ambiental,
382 fortalecimento interinstitucional e cultura; Proteção e Manejo de Recursos Naturais, que
383 tem como componentes conservação do solo, recuperação da cobertura vegetal, gestão
384 racional das águas, Unidades de Conservação e preservação da biodiversidade;
385 Qualidade e Saneamento Ambiental que abrange controle da população, resíduos e
386 convivência com o semi-árido; e como última linha de ação, Economia Sustentável, onde
387 entra turismo sustentável, gestão de recursos pesqueiros e agricultura e reforma agrária
388 sustentável. Após essa apresentação, o Sr. **João Carlos Costa Oliveira**, da Diretoria de
389 Áreas Protegidas/MMA, complementou o assunto com a apresentação da Situação Atual
390 de Conservação da Bacia do São Francisco. Explanou sobre o número de UCs em cada
391 bioma e sua abrangência, mostrando as porcentagens de UCs Federais, Estaduais, de
392 proteção integral e terras indígenas, e as que possuem abrangência dentro da Bacia do
393 Rio São Francisco. Ainda mostrou as áreas identificadas como prioritárias dentro da bacia
394 e possíveis áreas para criação de UCs. A Sra. **Fátima Oliveira** perguntou sobre as
395 interações do Plano de Revitalização da Bacia do Rio São Francisco com a Política
396 Nacional do Semi-árido. Foi esclarecida que o Plano de Revitalização da Bacia do Rio

397 São Francisco coincide com o que está sendo discutido na revitalização do semi-árido
398 proposta pelo Ministério da Integração, no qual a grande parte dos recursos será
399 efetivada por meio de convênios. O Sr. **Angelo Greco** parabenizou os apresentadores e
400 comentou que era preciso melhorar a atuação dos comitês de bacias, pois, dos 32
401 propostos, somente seis foram instalados, e que apenas quatro estão operando. A Sra.
402 **Márcia Chame** falou que os problemas locais são principalmente políticos e perguntou
403 como esta questão estava sendo tratada. A Sra. **Márcia Rodrigues** reconheceu que as
404 questões políticas realmente configuram um dos maiores desafios a serem superados.
405 Em seguida o Sr. **Francisco Campello** explanou sobre o Projeto GEF Caatinga. Iniciou
406 explicando a situação atual da Caatinga e dos recursos florestais, assim como sua
407 importância para o desenvolvimento socioeconômico e ambiental da região. Em seguida
408 mostrou as ações desenvolvidas para a elaboração do projeto, que contemplaram
409 contatos com organizações governamentais e não-governamentais para levantamento de
410 base de dados e contrapartidas possíveis, identificação de áreas prioritárias, e parcerias
411 institucionais entre diversas instituições federais, estaduais, municipais e não
412 governamentais. Posteriormente explicou a estratégia de implantação do projeto, que
413 será feita em 10 anos, em 3 fases: fase I (4 anos) com demonstrações de práticas em 8
414 áreas Prioritárias, fase II (3 anos) com difusão dessas praticas em outras áreas do Bioma,
415 e fase III (3anos) com elaboração de Políticas Públicas para o Bioma. Explicou que o
416 objetivo geral do projeto é adotar o manejo integrado de ecossistema da Caatinga de
417 maneira que os programas de desenvolvimento para a Região semi-árida sejam
418 sustentáveis e contribuam para a captura de benefícios globais múltiplos em termos
419 Biodiversidade, Mudança Climática e Combate à Desertificação. Como objetivo específico
420 para a fase I, o projeto visa proporcionar em oito áreas prioritárias no bioma da Caatinga
421 opções de manejo integrado de recursos naturais em distintos cenários sócio-ambientais,
422 fortalecer os Estados na sua capacidade financeira, Institucional e legislativa para facilitar
423 a adoção das mesmas, e fornecer a informação necessária para sua replicação em
424 outras Áreas Prioritárias do bioma. Por fim colocou quais são os resultados esperados
425 pelo projeto GEF, como opções de manejo integrado de recursos naturais testadas
426 demonstradas e adaptadas (produção sustentável de madeira integrada com a
427 conservação e produção sustentável de produtos não madeireiros), técnicas e práticas
428 para aumentar a eficiência na transformação de madeira pelos setores de produção de
429 carvão, cerâmica e gesso, mosaicos ecológicos criados para conservação e proteção da

430 biodiversidade (Peruaçu/Jaíba, Serra das Capivaras/Serra das Confusões, Sertão de
431 Alagoas/Sergipe – Xingó), incentivos para o manejo integrado de ecossistema;
432 construção da capacidade multisetorial para o manejo integrado da Caatinga e base de
433 conhecimento para o manejo integrado da Caatinga. Após a apresentação foi aberta a
434 palavra para o Plenário. A Sra. **Maria Jesus Rodal** pediu a palavra para se apresentar e
435 afirmou que era importante discutir a biodiversidade do bioma caatinga. A Sra. **Maria**
436 **Adélia Cruz** falou que o sertanejo, de uma forma geral, não reconhece a importância da
437 fauna no equilíbrio do meio em que vivem e, por isso, tratam todas as espécies silvestres
438 como daninhas. Por fim, sugeriu que os programas ambientais da região deveriam
439 incorporar componentes voltados para a conservação da fauna, educação ambiental e
440 fiscalização. A Sra. **Márcia Chame** comentou que a fauna da caatinga ainda é
441 desconhecida e a prática da caça é intensa, inclusive com a conivência de algumas
442 autoridades locais. Falou ainda que o manejo da vegetação para alimentação do gado
443 tem contribuído para a disseminação de barbeiros, o que pode levar a um aumento da
444 doença de Chagas na região. A Sra. **Glaci Zancan** perguntou se alguma parte do
445 orçamento do Projeto GEF Caatinga iria para a construção de canais de irrigação e
446 sugeriu que fosse proposto um projeto de micropropagação de plantas da caatinga. O Sr.
447 **João Carlos Costa Oliveira** respondeu que parte dos recursos são para transposição e
448 que na recuperação de matas ciliares e da ictiofauna serão utilizadas espécies nativas. O
449 Sr. **Marcelo Penalva** comentou sobre a dificuldade de receber informações dos estados
450 e lembrou da falta de estrutura que eles apresentam. A Sra. **Ione Egler** comentou que as
451 apresentações mostraram a necessidade de um conjunto de ações a serem articuladas e
452 propôs a criação de uma Câmara Técnica Permanente para tratar da Caatinga e que as
453 decisões retornassem desta como demandas de trabalho para as instituições. O Sr.
454 **Wilson Loureiro** reiterou a proposta da Sra. **Ione Egler** e pediu que a participação da
455 ABEMA fosse garantida na composição da Câmara Técnica. O Sr. **Francisco Campello**
456 comentou que há a necessidade de se definir a área mínima para o manejo florestal da
457 Caatinga, pois áreas menores geralmente facilitam a gestão e proporcionam resultados
458 melhores. A Sra. **Márcia Chame** comentou que se deve proteger todas as áreas
459 possíveis do bioma e que mesmo assim será pouco. A Sra. **Maria Jesus Rodal** lembrou
460 que a caatinga pertence principalmente à depressão do semi-árido e que a maioria das
461 espécies endêmicas são encontradas nas serras e chapadões, por isso só estas
462 formações são consideradas na definição de áreas prioritárias para conservação, por fim

463 sugeriu que se deve conservar também os conjuntos florísticos do bioma. A Sra. **Ione**
464 **Egler** sugeriu que a Câmara Técnica deveria ser composta por especialistas que
465 conhecem a região. O Sr. **Braulio Dias** falou que era importante ter especialistas, mas a
466 participação de Membros da Comissão também deveria ser garantida. A Sra. **Maria**
467 **Adélia Cruz** pediu para participar da Câmara Técnica e sugeriu que a Sra. **Maria Jesus**
468 **Rodal** também fosse convidada. A Sra. **Cléia Porto** pediu para sugerir um representante
469 da CONTAG nos próximos dias. A Sra. **Maria Jesus Rodal** falou que é essencial o
470 estabelecimento de pesquisas de longa duração no bioma e que é necessário estruturar a
471 região para o desenvolvimento científico na área ambiental. A Sra. **Maria Auxiliadora**
472 **Gariglio** opinou que é necessário um projeto de longo prazo, e pediu apoio do MCT para
473 que a Rede de Manejo Florestal da Caatinga seja ampliada, e comentou que a
474 Associação Plantas do Nordeste é coordenada pela rede. O Sr. **Braulio Dias** comentou
475 sobre a deficiência de pesquisas em biodiversidade na região nordeste e a necessidade
476 de consolidar as instituições mais fortes. Em função da falta de quorum para a votação da
477 proposta de criação da Câmara Técnica Caatinga o Sr. **Paulo Kageyama** sugeriu um
478 prazo de 15 dias para sugestões de nomes para compor a referida CT e que a votação da
479 minuta ficaria para a próxima reunião da Conabio. A seguir alguns membros informaram
480 que não poderiam voltar no período da tarde para a continuidade da reunião e sugeriram
481 encerrar os trabalhos naquele momento. O Sr. **Paulo Kageyama** informou que a Sra.
482 **Alexandrina Sobreira de Moura** havia pedido para apresentar o tema de sua
483 responsabilidade no período da tarde, no entanto não foi possível um contato telefônico
484 no período da manhã para confirmar a sua presença. Como já não havia mais quorum
485 para deliberações, e no período da tarde o Plenário estaria menos representativo, o Sr.
486 **Paulo Kageyama** agradeceu a todos e encerrou a reunião às 13h15min. Eu, Mauro
487 Pichorim, por solicitação do Presidente da mesa, lavrei a presente ata.

488

489

490

491

492

493

JOÃO PAULO RIBEIRO CAPOBIANCO

494

Secretário de Biodiversidade e Florestas

495

Presidente da CONABIO